

AO ILUSTRÍSSIMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO/GO.

Referência: Razões recursais. Pregão Eletrônico SRP nº 90043/2025.

Processo licitatório nº 2025016809. Lotes 02, 03, 04 e 05.

MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.428.924/0001-08, com endereço detalhado no cabeçalho, neste ato representada por seu sócio-administrador VINICIUS RODRIGUES DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 804.134.121-72, vem perante Vossa Senhoria, nos termos da cláusula 11.5 do Edital e art. 165, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o ato de habilitação da empresa ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ 28.561.497/0001-36, com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

I- PRELIMINARMENTE

1.1. Da Tempestividade

A cláusula 11.3 do instrumento convocatório e o inciso I do art. 165 da Lei de Licitação preveem que o prazo para as razões recursais é de **03 dias úteis**, contados da data de intimação ou da lavratura da ata. Considerando que o ato de habilitação ocorreu no dia 18/06/2025 (quarta-feira), ocasião em que também foi registrada a intenção de recurso pela Recorrente, o prazo recursal apenas findar-se-á no dia **24/06/2025 (terça-feira)**¹.

II- SÍNTESE FÁTICA

A Recorrente participou regularmente do PE nº 90043/2025, promovido pelo Município de Catalão/GO com vistas ao registro de preços para futura e eventual locação de máquinas, veículos e equipamentos, com operadores e motoristas, conforme disposições do Edital.

¹ Exclui-se da contagem o dia 19/06/2025 – feriado nacional de *Corpus Christi*.

Conforme consta na ata da sessão pública, a empresa ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ 28.561.497/0001-36, foi classificada como vencedora dos **Lotes 02, 03, 04 e 05** do certame, totalizando R\$ 3.325.000,00. Em campo próprio do sistema eletrônico BLL, referida licitante indicou ser **Microempresa (ME)**, auferindo os benefícios previstos nos arts. 44 e 45, ambos da LC 123/2006, e cláusulas 3.5 e 5.5 do Edital, especialmente nos Lotes 02, 03 e 05, reservados ao tratamento diferenciado de ME/EPP.

Entretanto, como será demonstrado adiante, a Recorrida não detém a condição de microempresa, o que compromete de forma insanável sua habilitação e sua classificação.

Além disso, a empresa deixou de apresentar, nos moldes exigidos pelo Edital, a documentação de habilitação por meio do sistema BLL, infringindo requisito essencial à sua habilitação. Tais irregularidades impõem a imediata desclassificação e/ou inabilitação da Recorrida, bem como a adoção de medidas sancionatórias previstas na Lei de Licitação.

III- DAS RAZÕES RECURSAIS

3.1. Da Ausência de Juntada da Documentação de Habilitação

O Edital é expresso ao condicionar a habilitação dos licitantes à inserção da documentação exigida em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação. São as cláusulas 10.1 e 10.2:

10.1. Encerrada a etapa de julgamento de propostas, o Pregoeiro verificará, **por meio do sistema eletrônico**, a conformidade em relação à **habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica**.

10.2. Será exigida a **apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(Grifos nossos)

Não obstante, a Recorrida **não** disponibilizou sua documentação de habilitação no portal BLL, impossibilitando a análise objetiva de requisitos essenciais, como a regularidade fiscal, qualificação técnica e idoneidade jurídica. **Não há registro no sistema de qualquer envio de arquivos ou anexos relacionados à sua habilitação.** A propósito, o único arquivo efetivamente anexado pela licitante foi com relação à proposta de preços, confira-se:

ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Horário: 12/06/2025 11:00

Documento: Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/c081261473024be5ba11d0fd3cd3633a.zip>

Imperioso destacar, neste ponto, que outras participantes anexaram corretamente seus documentos de habilitação no sistema eletrônico, não havendo qualquer registro, menção ou apontamento de falha sistêmica que tenha impedido o envio de arquivos pelas demais licitantes. Pelo contrário, todos os documentos das outras empresas estão plenamente acessíveis no sistema, demonstrando a regularidade do ambiente eletrônico e o correto cumprimento das etapas do Edital.

A título de exemplo, vejamos o anexo de outras licitantes:

PRESTAD PRESTADORA DE SERVICOS LTDA

Horário: 16/06/2025 23:46

Documento: Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/f451058b15ef438cb72a668e8b1bc67e.pdf>

Horário: 16/06/2025 23:46

Documento: Todos os Documentos de Habilitação Exigidos em Edital

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/ba5abf9094ce443c8363bef315e0b2f4.zip>

7 F TRANSPORTES LTDA

Horário: 16/06/2025 23:50

Documento: Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/d5fb5e62a5304555a93a6b3d1875d2d5.pdf>

Horário: 16/06/2025 23:50

Documento: Todos os Documentos de Habilitação Exigidos em Edital

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/66fa9465fff543bca4cbc169a75326c5.zip>

MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA

Horário: 17/06/2025 08:38

Documento: Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/9e5c6391557a4d329fce888ba816e483.pdf>

Horário: 17/06/2025 08:38

Documento: Todos os Documentos de Habilitação Exigidos em Edital

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/16bb17ad5d3f479c90763970f0f272b6.pdf>

Nesse sentido, não é minimamente razoável admitir que apenas a Recorrida tenha enfrentado obstáculo técnico isolado para anexar sua documentação. A ausência dos documentos no sistema não pode ser atribuída à falha externa, mas sim à inércia da própria empresa, que simplesmente deixou de cumprir com a exigência editalícia.

Outrossim, nos adiantamos no sentido de que a omissão não pode ser suprida por diligência ou por tolerância da Administração, sob pena de grave violação aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade. A exigência formal de inserção eletrônica tem razão de ser: garantir a transparência, a igualdade de tratamento e a rastreabilidade do procedimento.

Tal entendimento encontra respaldo na jurisprudência pátria, que tem reiteradamente reconhecido que a ausência de envio de documentos de habilitação nos moldes previstos no Edital impõe a inabilitação da licitante, não sendo possível a convalidação posterior do vício:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. **FASE DE HABILITAÇÃO. JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE.** PRECEDENTES DESTA CORTE. **INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA.** SÚMULA 83/STJ. CONHEÇO DO AGRAVO PARA CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO. [...] (STJ - AREsp: 2478940, Relator.: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Publicação: 23/05/2024)

Dito isso, visando assegurar a lisura do certame, deve a Recorrida ser imediatamente inabilitada por não ter cumprido exigência essencial do ato de convocação.

3.2. Do Desenquadramento Fictício – Declaração Falsa de Porte Empresarial

A Recorrida participou do certame sob a declaração de que se enquadrava como Microempresa (ME), nos termos da Cláusula 5.5 do Edital e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. **Essa condição, contudo, é frontalmente incompatível com a realidade econômica da empresa.**

Segundo prescreve a citada LC 123/2006, considera-se microempresa aquela cuja receita bruta em cada ano-calendário seja igual ou inferior a **R\$ 360.000,00** (art. 3º, inciso I). Referido critério é objetivo e não admite interpretações ampliativas, sendo a apuração feita com base na receita efetivamente realizada no ano anterior.

Por sua vez, a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 4º, §2º, adota critério autônomo de desenquadramento, prevendo:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
[...]

§2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de

enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

Ou seja, para fins de desenquadramento ficto, é suficiente a previsão de contratos celebrados para o ano da licitação, prescindindo da realização efetiva da receita.

No caso concreto, a Recorrida não se enquadra como microempresa sob nenhum dos critérios acima alinhavados, pois:

- No ano de **2024** (exercício anterior), a empresa apresentou receita bruta superior a **R\$ 6.300.000,00**, com **faturamento mensal** recorrente acima de **R\$ 400.000,00**, conforme notas de empenho extraídas do Portal da Transparência do Município de Catalão (em anexo):

TABELA DE EMPENHOS			
ANO		MÊS	VALOR
1	2024	Janeiro	R\$ 482.265,14
2	2024	Fevereiro	R\$ 482.265,14
3	2024	Março	R\$ 490.265,14
4	2024	Abril	R\$ 490.265,14
5	2024	Maio	R\$ 490.265,14
6	2024	Junho	R\$ 980.530,28
8	2024	Agosto	R\$ 490.265,14
9	2024	Setembro	R\$ 490.265,14
10	2024	Outubro	R\$ 490.265,14
11	2024	Novembro	R\$ 490.265,14
12	2024	Dezembro	R\$ 942.302,69
SUBTOTAL			R\$ 6.319.219,23

Vê-se que, isoladamente, apenas um mês de operação já seria suficiente para ultrapassar o limite anual permitido para microempresas, o que evidencia de forma inequívoca o desenquadramento da Recorrida.

- Já em **2025** (ano-calendário da licitação), a Recorrida já celebrou contratos empenhados em valores superiores a **R\$ 1.500.000,00**, também junto à Prefeitura de Catalão (vide documentos em anexo):

TABELA DE EMPENHOS			
ANO		MÊS	VALOR
1	2025	Fevereiro	R\$ 1.064.199,18
2	2025	Junho	R\$ 437.254,46
SUBTOTAL			R\$ 1.501.453,64

Importante enfatizar que todos os valores apontados já foram devidamente liquidados e efetivamente pagos dentro dos respectivos exercícios financeiros, conforme se comprova pelos Relatórios/Extratos de Empenho anexados. Tais documentos demonstram que não se trata de mera previsão orçamentária ou empenhos pendentes, mas de receitas efetivamente auferidas pela empresa.

Resta evidente que a declaração de enquadramento como microempresa feita pela Recorrida, além de juridicamente insustentável, é materialmente falsa, e configura causa autônoma de sanção e inabilitação, consoante previsto na cláusula 5.7 do Edital e art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, os quais transcrevemos:

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e 5.5 sujeitará o licitante às **sanções** previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

Art. 155. O licitante ou o contratado será **responsabilizado administrativamente** pelas seguintes infrações:

[...]

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Seja dito de passagem, a declaração que ora se discute é confirmada de forma documental e pública: no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, a empresa assinalou, em campo próprio, seu enquadramento como microempresa, o que foi reproduzido automaticamente ao lado de seus lances e ofertas durante a fase de disputa. Exemplificando, eis a disputa do Lote 02:

LOTE 2 - HABILITAÇÃO							
LOTE 02 PONTES E MATÁBURROS							
VALORES UNITÁRIOS FINAIS							
Item: 1	Unidade: UN		Marca: Serviço		Modelo:		
Descrição: SOMATÓRIOS DE HORAS PRODUTIVAS E IMPRODUTIVAS							
Quantidade: 1		Valor Unit.: 450.000,00			Valor Total: 450.000,00		
CLASSIFICAÇÃO							
Razão Social		Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA		508	28.561.497/0001-36	1.524.316,80	450.000,00		Sim

Ademais, o próprio cartão CNPJ da Recorrida, disponível para consulta pública na base da Receita Federal, também indica, de maneira expressa, o seu porte como “ME” – Microempresa:

NUMERO DE INSCRIÇÃO 28.561.497/0001-36 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/09/2017
NOME EMPRESARIAL ALFA SERVICOS E LOCACOES LTDA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ALFA SERVICOS E LOCACOES		PORTE ME

Tais elementos evidenciam que a declaração não decorreu de equívoco pontual ou omissão do sistema, mas sim de uma manifestação intencional da empresa, reforçando o dolo na tentativa de se beneficiar indevidamente de prerrogativas legais as quais não faz jus.

Importa registrar, ainda, que a declaração de microempresa foi mantida em **TODOS OS LOTES** que a empresa Recorrida participou, inclusive no **Lote 04**, para o qual não se aplicava o tratamento favorecido à ME/EPP, conforme cláusula 3.5 do Edital.

Esse aspecto é de singular gravidade. Em um a licitação de ampla concorrência, sem restrição de participação por porte empresarial, não haveria razão objetiva ou justificável para que a Recorrida declarasse, espontaneamente, uma condição empresarial sabidamente inexistente. A manifestação não pode ser tida como erro material ou lapso, mas como conduta deliberada, voltada ao proveito indevido de condição fictícia, inclusive com vistas a influenciar o julgamento de propostas e consolidar uma imagem empresarial inadequada.

Nesse contexto, mesmo que no Lote 04 não se aplique o favorecimento direto às microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração falsa de enquadramento compromete a lisura do certame como um todo, autorizando a desclassificação da proposta e a inabilitação da empresa também nesse item.

Aliás, as cláusulas 3.3 e 3.4² do instrumento convocatório são categóricas ao estabelecer que é de inteira responsabilidade do licitante a veracidade e a atualização dos dados constantes nos sistemas integrados à licitação, incumbindo-lhe, notadamente, o dever de proceder a imediata correção ou alteração de qualquer informação incorreta ou desatualizada, sob pena de desclassificação no momento da habilitação.

² **3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não se olvida que a boa-fé objetiva é pressuposto de validade de toda participação licitatória. A empresa que declara falsamente seu porte, ainda que sem obter benefício imediato da preferência, age em desconformidade com os princípios da moralidade, da igualdade e da competição legal, sendo incompatível com a contratação pública.

Com efeito, corroborando a gravidade do ato, o **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** é firme no sentido de que a declaração falsa de condição de ME/EPP, ainda que sem proveito imediato, compromete a integridade do procedimento e justifica a desclassificação e a inabilitação:

REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. SEBRAE/RS. PREGÃO ELETRÔNICO 10/2023. **PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO COMO ME/EPP SEM OSTENTAR TAL CONDIÇÃO. INDÍCIOS DE FRAUDE.** NÃO ACEITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE LICITANTE QUE COMPROVARIA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES E COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. CONSUMAÇÃO DA FUMAÇA DO BOM DIREITO E DO PERIGO DA DEMORA. AUSÊNCIA DE PERIGO REVERSO. MEDIDA CAUTELAR. OITIVA. COMUNICAÇÕES. CONFIRMAÇÃO PELO PLENÁRIO. [...] **Nesse contexto, é procedente a irregularidade apontada pelo representante de participação da Lemontech no PE 10/2023 como EPP, sem ostentar tal condição. Em que pese não ter havido obtenção de qualquer benefício, configura fraude à licitação e enseja aplicação de sanções como, por exemplo, a declaração de inidoneidade da empresa para licitar e contratar com a Administração Pública. Trata-se, portanto, de irregularidade grave.** [...] (Acórdão 1096/2023 – Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler)

Em harmonia com esse entendimento, o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** reafirma a necessidade de adoção de medidas firmes e eficazes que coíbam, de forma definitiva, a prática de declarações falsas no âmbito das licitações públicas:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. **ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE. DECLARAÇÃO FALSA. APLICAÇÃO DA PENA DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. AUTORIDADE COMPETENTE. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO. SÚMULA N. 284 DO STF. **VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE.** ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. [...] **2. Hipótese em que o fato de a demandante ter se socorrido de uma condição jurídica que não lhe pertencia, oferecendo**

voluntariamente certidão que não refletia sua condição atual, com o intuito de obter condição vantajosa no certame como Empresa de Pequeno Porte, constitui conduta inadmissível face à lealdade e boa-fé que orientam os certames licitatórios. Nesse sentido, não se verificam ilegalidades nas penalidades impostas pela Administração, as quais foram precedidas pelo devido processo administrativo e se ajustam à situação fática do caso concreto. [...] (STJ - AREsp: 2554971, Relator.: Ministro TEODORO SILVA SANTOS, Data de Publicação: Data da Publicação DJ 18/12/2024)

Diante da conduta dolosa da Recorrida, não se espera outra decisão por parte do Ilmo. Agente de Contratação senão a imediata **DESCCLASSIFICAÇÃO** e **INABILITAÇÃO** da empresa, como medida necessária à correção das ilegalidades e à restauração da isonomia no presente certame — sem prejuízo, evidentemente, da aplicação das sanções cabíveis em razão da apresentação de declaração falsa.

IV- DA ABERTURA DE PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

4.1. Aplicação da Penalidade de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

É inquestionável que se uma empresa, ciente de que não mais se enquadra como ME ou EPP, insiste em participar de certame público sob essa falsa condição, em nítida tentativa de se beneficiar indevidamente das prerrogativas legalmente reservadas às microempresas e empresas de pequeno porte, impõe-se à Administração Pública o PODER-DEVER de adotar medidas para coibir tal conduta desleal.

Em consonância com essa premissa, a Lei nº 14.133/2021 estabelece expressamente a possibilidade de responsabilização administrativa pela apresentação de declaração falsa ou pela prática de condutas que comprometam a integridade do certame (art. 155, incisos VIII e X), sendo cabível, no caso concreto, **a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, conforme previsto no art. 156, inciso IV:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

[...]

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

[...]

§5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V,

VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, **e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de TODOS os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

Tendo isso em vista, impõe-se a instauração de **PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA**, nos termos da cláusula 19 do Edital, com o objetivo de apurar as condutas inadequadas praticadas durante o certame e, ao final, aplicar à Recorrida a penalidade de declaração de inidoneidade, nos moldes da legislação acima transcrita, o que a impedirá de licitar e contratar com a Administração Pública em TODAS as esferas federativas.

Frisa-se que a omissão nesse cenário, além de comprometer a lisura e a isonomia do processo licitatório, pode ensejar a responsabilização pessoal do agente público responsável pela condução do procedimento.

V- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se o **recebimento** do presente recurso em seu efeito suspensivo, devendo, por conseguinte, lhe ser dado integral **provimento** para:

- A)** Determinar a imediata **desclassificação** e **inabilitação** da empresa ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ 28.561.497/0001-36, nos Lotes 02, 03, 04 e 05 do certame, em razão da não apresentação dos documentos de habilitação e da indevida participação na condição de microempresa;
- B)** Proceder ao **desenquadramento ficto** da empresa ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ 28.561.497/0001-36, diante da manifesta incompatibilidade entre o porte declarado e sua realidade econômico-financeira, com a consequente reafirmação de sua desclassificação e inabilitação;
- C)** Convocar as licitantes classificadas nas posições subsequentes;
- D)** Encaminhar os autos à autoridade competente para instauração de processo sancionador, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e da cláusula 19.2 do Edital;
- E)** Finalmente, caso o Sr. Agente de Contratação não proceda a reconsideração do ato recorrido, **requer-se** o encaminhamento do presente recurso à Autoridade Superior, para que seja **conhecido** e julgado **procedente**, nos termos acima delineados.

Obs.: Ante a necessidade de anexar documentos comprobatórios das alegações, a Recorrente arquivará suas razões recursais no sistema eletrônico e, ainda, por cautela, encaminhará uma cópia ao endereço eletrônico <licitacao@catalao.go.gov.br>, com os devidos anexos.

Termos em que,
Pede deferimento.

Catalão/GO, 24 de junho de 2025.

MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA
CNPJ 40.428.924/0001-08
VINICIUS RODRIGUES DA COSTA
CPF 804.134.121-72